

Ação para ampliar cotas de negros

Integrantes do Movimento Pró-Cotas vão recorrer ao Ministério Público Federal e fazer protestos nas ruas



Manifestação no campus de Goiabeiras em defesa do sistema de cotas na Ufes

Membros do Movimento Pró-Cotas prometem recorrer ao Ministério Público Federal ainda esta semana para garantir mais vagas para negros e uma nota de corte menor para alunos de escola pública na Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Os integrantes também ameaçam realizar manifestações pelas ruas de Vitória, na próxima semana. "Vamos iniciar os trabalhos de conscientização amanhã (hoje) nas escolas públicas", disse Gustavo Henrique Araújo Forde, do Centro de Estudos da Cultura Negra (Cecun).

Segundo Forde, hoje serão entregues panfletos, visando à ampliação das discussões sobre o assunto. "Queremos continuar o diálogo e para isso também vamos tentar marcar uma audiência com o reitor da universidade", disse.

Ele afirmou que o movimento discorda da proposta final de reserva de vagas para estudantes de escolas públicas, negros e indígenas da Ufes, principalmente, em dois pontos do projeto, aprovado há uma semana pela Câmara de Graduação da universidade.

Um dos pontos é a linha de corte definida em 30% da pontuação para todos. O outro é o percentual de 5% das vagas para negros, dentro dos 25% para escola pública — chegando a 50% em 2009.

"A proposta não atende à especificidade racial no Estado. Queremos que a Ufes explique de onde tirou este percentual de 5%", disse.

A proposta inicial apresentada pelo movimento foi de reserva de 50% das vagas para escola pública, sendo 26% para negros. "Estávamos respeitando o percentual de negros no Estado, já que representariam 52% nas cotas, percentual apontado pelo IBGE de negros autodeclarados no Espírito Santo", justificou.

Quanto aos indígenas, será criada uma vaga a mais, em cada curso, o que, para o movimento, não respeita o percentual de índios no Estado. Forde questionou, também, a nota de corte, já que todos os candidatos terão que acertar 30% da prova.

A assessoria de imprensa da Ufes informou que a proposta está tramitando e ainda terá que passar pelos Conselhos Superiores de Pesquisa, Ensino e Extensão (Cepe) e Universitário (CUN) para ser implantada. A decisão final será dos conselhos, que poderão aprovar, alterar ou rejeitar o projeto.